

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO****1. DO OBJETO**

1.1 Aquisição de Gêneros alimentícios de uso eventual, para atender até 40 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos da Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso (CAIVS), pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Fundo Municipal de Assistência Social
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos da Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis.
1.4	Período:	Entrega mensal e eventual sob demanda, conforme cronograma disposto pela Nutricionista responsável para atender a até 40 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos pelo período de 12 (doze) meses.
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
01	464535	Amendoim cru com casca, embalagem original c/ 500g	PCT	20
02	240574	Biscoito de polvilho, salgado, tipo "corujinha", embalagem com no mínimo 200g	PCT	350
03	451540	Composto lácteo fortificado para alimentação infantil, rico em cálcio, ferro, zinco, vitaminas A, D, C e E, isento de lactose, embalagem original c/ no mínimo 380g	UN	120
04	401735	Chá Erva Doce em embalagem original com no mínimo 13g, com 10 sachês.	PCT	50
05	249803	Chá erva mate, granel, embalagem original de 100g.	PCT	30
06	237917	Coco ralado desidratado sem adição de açúcar em embalagem. Original c/100g.	PCT	30
07	464570	Ervilha grupo 2, tipo 1, embalagem original com 500 g.	PCT	70

08	464011	Leite de coco concentrado, embalagem original com 200 ml	VD	30
09	446001	Leite de vaca deslactosado, embalagem original tetra pack de 1 litro.	UN	440
10	463699	Margarina vegetal cremosa, com sal, 60 a 95% de teor de lipídios, isento de gordura trans, embalagem original de 500g.	PCT	60
11	462244	Massa para pastel, embalagem original com 200g.	PCT	300
12	463690	Milho canjica, especial branca, tipo2, embalagem original com 500 g	PCT	50
13	463916	Orégano desidratado, embalagem original, á granel, 100g	PCT	10
14	460408	Pão de forma SEM GLÚTEM, SEM LACTOSE, em embalagem plástica original com no mínimo 300g	PCT	150
15	460407	Pão de Forma integral, em embalagem plástica original de 400 g	PCT	340
16	442237	Fórmula infantil para lactentes, 1º semestre de vida, embalagem original c/ no mínimo 800g.	LATA	180
17	442237	Fórmula infantil para lactentes, 2º semestre de vida, bem. Original c/ no mínimo 800g.	LATA	100
18	465622	Fórmula infantil, soja em pó, a base de proteína isolada de soja, c/ no mínimo 400g.	LATA	50
19	442237	Fórmula infantil para lactentes, antiregurgitação, hipoalergênica, indicada para lactentes desde o nascimento aos 06 meses de idade, embalagem original c/ no mínimo 400g	UN	100
20	473482	Fórmula infantil com restrição de lactose, para lactentes e de segmento, 0 a 12 meses de idade, embalagem original c/ no mínimo 400g	UN	200
21	465685	Mucilagem, arroz, milho ou multicereais, emb. Original com no mínimo 400 g	LATA	60

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento de gêneros alimentícios da Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso (CAIVS);

3.2 A aquisição de gêneros alimentícios é essencial para atender a frequência de cardápios diários de uma completa alimentação distribuída nas várias refeições diárias para as crianças

e adolescentes em acolhimento na CAIVS, visando atender a demanda do Setor de Nutrição, sendo imprescindível para manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento da Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso;

3.3 A Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso é um equipamento socioassistencial integrante do serviço de proteção social especial de alta complexidade, e tem por missão o acolhimento institucional à crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo prevista no Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), em função do abandono ou cujas famílias encontrem-se temporariamente impossibilitadas de exercer sua função provedora de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem. Considerando o disposto no Art.227, caput, da Constituição da república de 1988, que delega ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de mantê-los a salvo de toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

3.4 As estimativas correspondentes foram baseadas nos cálculos apresentados nos autos pela Nutricionista responsável desta Secretaria Municipal, lotada na Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso, levando em consideração que a CAIVS atualmente atende a até 40 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos;

3.5 Por fim, registramos o nosso compromisso com as diretrizes do Ministério da Cidadania: “A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situação de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e sobretudo, os processos civilizatórios. Nesse sentido a Política Pública de Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidade de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros.”

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública, ressalvando que as empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que sedá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei nº 11.101/2005);

4.2 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.3 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 O proponente deverá levar em consideração os seguintes aspectos imediatamente especificados, com vistas à elaboração de sua respectiva proposta de preços:

5.2 O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da data de entrega das propostas, em consonância com a legislação vigente. As propostas que omitirem o seu prazo de validade serão consideradas como válidas pelo período supracitado;

Nos preços apresentados deverão estar inclusos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo pessoal da licitante, como também, custo com fardamento; transportes de qualquer natureza; materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados; depreciação; aluguéis; administração; impostos; taxas; emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, influenciem no fiel cumprimento das obrigações por parte da pretensa contratada.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, previstas no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	33.90.30.14
5.1.2	Fonte de Recurso:	01 & 10
5.1.2	Programa de Trabalho:	36.001.08.243.0024.2.035

6.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ: 07.293.841/0001-83, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 214, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-000.**

7. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato, se for o caso) da seguinte forma:

7.1.1 o fornecimento de gêneros alimentícios objeto deste instrumento, ocorrerá eventualmente conforme necessidade específica dos acolhidos por idade e período de acolhimento, conforme disposto pela Nutricionista responsável da CAIVS, para o pleno atendimento as necessidades nutricionais das crianças e adolescentes;

Nome do requisitante:	Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso Fundo Municipal de Assistência Social
Endereço:	Rua Professora Rosa Ramos, s/ nº, Sítio Represa - Mury, após outubro 2020 no endereço: Rua Itajubá s/nº, Vargem Grande/Cônego, Nova Friburgo/ RJ
Horário de entrega:	Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

7.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade dos mesmos, na data de entrega, não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante;

7.3 Os gêneros alimentícios serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, contudo, nos termos do art. 74 da Lei nº 8.666, de 1993, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de gêneros perecíveis;

7.4 Os gêneros alimentícios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.5 Os gêneros alimentícios serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

7.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto (gêneros alimentícios) não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos gêneros alimentícios recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e da Ata de Registro de Preços para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

10.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item da Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93 e Ata de Registro de Preços, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

10.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 Efetuar a entrega dos gêneros alimentícios em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital, Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de validade;

11.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência e seus anexos, os produtos em desacordo com a especificação do objeto;

11.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 120 (cento e vinte horas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.7 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.1.8 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da Licitação, bem como na legislação em vigor;

11.2 A contratada ficará sujeita ainda as seguintes condições;

11.2.1 Entregar os gêneros alimentícios contendo em sua embalagem a marca conforme proposta de preço apresentada no certame licitatório, informação nutricional, data de fabricação, validade e/ou vida útil dos mesmos;

11.2.2 Repor os gêneros alimentícios dentro do prazo de validade e/ou vida útil, no caso de qualquer alteração dos mesmos;

11.2.3 Seguir a programação enviada pela Nutricionista da Casa de Acolhimento Institucional, quando for o caso demandado, conforme disposições do item 7 deste instrumento;

11.2.4 As quantidades de gêneros alimentícios são estimativas e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude não se obriga a adquirir suas totalidades, adquirindo apenas o necessário ao atendimento da demanda, de acordo com a quantidade de crianças em acolhimento observadas as idades que podem ser de 0 a 17 anos;

11.2.5 Obedecer o horário de entrega 9:00 às 17:00 de segunda a sexta feira;

11.2.6 Os gêneros deverão ser entregues em veículos apropriados para carga de alimentos, conforme categoria;

11.2.7 Os gêneros alimentícios entregues estarão sujeitos a devolução caso não preservem suas características sensoriais (odor, cor, textura, aspecto geral), além de condições insatisfatórias da embalagem (não estar violada, furada, rasgada, amassada ou enferrujada);

11.2.8 Somente será permitida alteração da marca de produto, mediante prévia autorização da Nutricionista responsável pela CAIVS, desde que mantidas todas as especificações técnicas exigidas no edital e seus anexos, neste Termo de Referência e Ata de Registro de Preços;

12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Yañes José Martinez	115200	Gestor titular
Lucimar Junqueira Pacheco	2000151	Gestor substituto
Fernanda de Moura Borges Leal	115300	Fiscal titular
Jorge Clemente Abreu	199110	Fiscal Substituto

14.3 O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

14.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

15.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com a Nutricionista da Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso, que se responsabiliza por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas, conforme os documentos (ESTRUTURA BÁSICA DE CARDÁPIO E RESPECTIVAS GRAMATURAS OU PORÇÕES MÉDIAS PARA ACOLHIDOS) anexo a este instrumento.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

16.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar a Ata de Registro de Preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

16.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

16.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.3.2 Multa:

16.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

16.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

16.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

18. DA RESCISÃO

18.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

18.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude;

18.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude.

18.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 05 de novembro de 2020.

GESTOR:	NUTRICIONISTA
<hr/> Yañes José Martinez Matr.: 115200	<hr/> Fernanda de Moura Borges Leal Matr.: 115300

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Márcio José Corrêa Alves

Secretário Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude

Matr.: 62729

**ANEXO I - ESTRUTURA BÁSICA DE CARDÁPIO E RESPECTIVAS GRAMATURAS OU PORÇÕES
MÉDIAS PARA ACOLHIDOS**

	ALIMENTOS/PREPARAÇÕES	PADRÃO (G/ML)	12 A 23 MESES
DESJEJUM	LEITE ACHOCOLATADO PÃO OU BISCOITO MANTEIGA OU REQUEIJÃO OU GELEIA (OU) MINGAU	200 20 50 15 200 A 300	200 10 25 5 180 A 200
COLAÇÃO	FRUTA	100	80 A 100
ALMOÇO	'VEGETAL A' EM SALADA OU REFOGADO PRATO PROTEICO GUARNIÇÃO (VEGETAL B OU C, MASSAS, CEREAIS) ARROZ FEIJÃO SOBREMESA • FRUTA: 5 VEZES/SEMANA • DOCE DE FRUTA CASEIRO/DOCE DE LEITE PASTOSO/GOIABADA: 2 VEZES/SEMANA REFRESCO	80 80 A 120 100 A 120 80 A 120 80 A 100 100 40 200	30 50 60 (OU) 60 30 80 150
LANCHE	LEITE (OU) IOGURTE (CONDICIONADO AO CARDÁPIO) ACHOCOLATADO EM PÓ (CONDICIONAL/OPCIONAL) SUCO DE FRUTA NATURAL OPÇÕES (CONDICIONADO AO CARDÁPIO) • PÃO OU BISCOITO/QUEIJO OU FRIO (OU) • BOLO CASEIRO (OU) • CANJICÃO/ARROZ DOCE/CURAU CASEIROS (OU) MINGAU /VITAMINA DE FRUTAS E CEREAL	200 180 20 200 50 80 120 A 180 200 A 300	100 90 10 100 30 150
JANTAR	'VEGETAL A' EM SALADA OU REFOGADO PRATO PROTEICO GUARNIÇÃO (VEGETAL B OU C, MASSAS, CEREAIS) ARROZ	80 80 A 120 100 A 120 80	30 50 60 60

	FEIJÃO (OPCIONAL) (OU) SOPA DE VEGETAIS COM MASSINHA E CARNE (CONDICIONADO AO CARDÁPIO) SOBREMESA: FRUTA	80 A 100 250 A 350 100	250 50
CEIA	LEITE BISCOITO(OU) MINGAU /VITAMINA (OU) FRUTA	200 50 300 150	100 35 200 50

**ANEXO II - FREQUENCIA SIMPLES DA OCORRÊNCIA NO CARDÁPIO DOS TIPOS DE PROTEÍNA
E CORTES PARA CARNE BOVINA, CARNE DE FRANGO E PESCADO (365 DIAS)**

CORTES	ALMOÇO (segunda a sexta feira)	JANTAR (segunda a sexta feira)	ALMOÇO (sábado, domingo e feriado)	JANTAR (sábado, domingo e feriado)	TOTAL (%)
CARNE BOVINA – PATINHO EM BIFES	37	37	17	17	108 (14,79%)
CARNE BOVINA – PATINHO MOÍDO	38	38	18	18	112 (15,34%)
CARNE BOVINA – LAGARTO PLANO	37	37	17	17	108 (14,79%)
CARNE BOVINA - MÚSCULO	13	13	6	6	38 (5,2%)
CARNE DE FRANGO – COXA E SOBRE COXA	60	60	28	28	176 (24,1%)
CARNE DE FRANGO - PEITO	35	35	16	16	102 (14%)
PESCADO – FILÉ DE MERLUZA	18	18	8	8	52 (7,12%)
PREPARAÇÕES Á BASE DE OVOS	12	12	5	5	34 (4,66%)

PER CAPITAS ELEITOS PARA A ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO DE CARNES (GRAMAS)

CORTES	ACOLHIDOS ESTRATO II (MÉDIA)	ACOLHIDOS ESTRATOS III E IV (MÉDIA)	ACOLHIDOS ESTRATO V (MÉDIA)	SERVIDORES
CARNE BOVINA – PATINHO EM BIFES	45	65	110	110
CARNE BOVINA – PATINHO MOÍDO	35	50	90	90
CARNE BOVINA – LAGARTO PLANO	63	90	150	150
CARNE BOVINA - MÚSCULO	42	60	100	100
CARNE DE FRANGO – COXA E SOBRE COXA	100	150	230	230
CARNE DE FRANGO – PEITO COM OSSO	49	70	120	120
PESCADO – FILÉ DE MERLUZA	56	80	130	130

**ESTRATIFICAÇÃO DOS COMENSAIS E FREQUENCIA ESTIMADA NAS REFEIÇÕES PARA FINS
DE RACIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO**

FAIXAS	ALMOÇO (segunda a sexta feira)	ALMOÇO (sábado, domingo e feriado)	JANTAR (segunda a sexta feira)	JANTAR (sábado, domingo e feriado)
ESTRATO I (0 a 6 meses)	***** *****	***** *****	***** *****	***** *****
ESTRATO II	2	2	2	2

(7 a 12 meses)				
ESTRATO III (13 a 24 meses)	2	2	2	2
ESTRATO IV (24 meses a 10 anos)	10 a 15	10 a 15	10 a 15	10 a 15
ESTRATO V (11 anos a 17 anos e 11 meses)	12 a 18	12 a 18	12 a 18	12 a 18
SERVIDORES	20	9	6	6